

Grupos Subalternos e exploração do trabalho na Antiguidade: uma entrevista com Fábio Duarte Joly

Subaltern groups and exploitation of work in Antiquity: an interview with Fábio Duarte Joly

Fábio Duarte Joly*

Fábio Duarte Joly é professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), com pesquisas sobre História Econômica e História Social de Roma voltadas, principalmente, para o tema da escravidão. Atua em diversos grupos de pesquisa, com destaque para o Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir). É graduado em História, mestre e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, mesma instituição na qual realizou estágio de pós-doutorado. É autor de *Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana* (Edusp, 2004), *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura* (Alameda, 2005) e *'Libertate opus est': escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54-68 d.C.)* (Progressiva, 2010).

1. Alex Aparecido da Costa: As diferentes formas de exploração do trabalho ao longo do tempo são um dos principais temas da pesquisa histórica. Quando falamos de escravidão precisamos ter consciência de que ela esteve presente em diferentes períodos e espaços. Como podemos contemplar essa questão?

Fábio Duarte Joly: De fato, o entendimento do trabalho escravo no Mundo Antigo requer, antes de tudo, que se tenha em mente uma delimitação geográfica e cronológica, pois usualmente há uma tendência a se considerar esse mundo, no tocante ao desenvolvimento da escravidão, como circunscrito à Grécia e Itália, e em períodos determinados de suas histórias.

Por um lado, isso levou à construção de uma categoria de “escravidão greco-romana” que inibiu o enfoque nas particularidades do trabalho escravo no conjunto das *poleis* gregas, ao se generalizar um modelo ateniense de escravidão como norma, e não

* Entrevista concedida a Alex Aparecido da Costa em 27 de junho de 2022.

tanto como exceção. E o mesmo problema se colocou no tocante a Roma, pois há uma dificuldade, pela própria natureza da documentação disponível, em se abarcar o tema da escravidão fora do espaço da cidade de Roma, levando-se novamente ao risco de generalizações para o que ocorria ao longo da extensão de seu império. Esse é um problema que pode ser ilustrado pela obra seminal de Moses Finley, *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna* (de 1980), que muito influenciou os trabalhos subsequentes sobre escravidão na Antiguidade. Finley, ao descrever o surgimento de sociedades escravistas na Grécia e em Roma, tem em mente cidades-Estados, em regiões delimitadas e num determinado momento de seus desenvolvimentos, ainda sem consolidarem estruturas imperiais de dominação sobre vastos territórios. Desse estágio de surgimento de uma sociedade escravista greco-romana, o autor passa depois diretamente à etapa de seu declínio sob o Império Romano, quando então Finley oscila entre se referir ao Império, à Itália ou a Roma. Tal oscilação deriva, no fundo, de uma visão monolítica do império como se a ele correspondesse uma única sociedade e uma elite também homogênea que se apoiasse no trabalho escravo, e que depois deixa de recorrer a ele pela nova disponibilidade de mão de obra interna de cidadãos então privados dos antigos privilégios de uma cidadania restrita.

Por outro lado, o investimento historiográfico na análise da “escravidão greco-romana” – consequência também de se tomar esse modelo como o antecessor clássico da escravidão que se desenvolveria nas Américas entre os séculos XVI e XIX – acabou por relegar à margem a escravidão no Antigo Oriente Próximo, como se esta não fosse tão relevante para ser integrada num estudo mais abrangente da escravidão na Antiguidade. Um exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado no primeiro volume da *The Cambridge World History of Slavery* (2011), dedicado ao Mediterrâneo antigo e organizado por Keith Bradley e Paul Cartledge. De seus 22 capítulos, a maioria concentra-se na escravidão grega e na escravidão romana, com apenas um capítulo dedicado à escravidão no Antigo Oriente Próximo e outro para a escravidão entre os judeus.

Dito isso, uma definição da escravidão no “Mundo Antigo” deve considerar as variações regionais da escravidão, a depender dos diversos modos de se conceber a propriedade privada – e eventualmente pública – de escravos, de acordo com o desenvolvimento histórico de cada sociedade. Ou seja, mesmo que se parta de definições amplas do que seja escravidão – como aquela proposta por Finley, que salienta a posição do escravo como propriedade, a totalidade do poder do senhor sobre ele e o processo de desenraizamento que está na base da escravização, elemento este último também enfatizado por Orlando Patterson (1982), é preciso levar em conta as diferentes articulações entre processos de escravização e manumissão nas sociedades antigas sob

análise, e, sobretudo, o impacto da escravidão nas relações entre os diversos grupos sociais devido à concentração de riqueza e recursos humanos que a posse de escravos e escravas e seu emprego nas casas, manufaturas e propriedades rurais geravam.

2. Embora tivessem o Mediterrâneo como elemento que permitia várias conexões, os povos que viveram ao redor desse mar na Antiguidade tinham muitas diferenças entre si. Poderia comentar sobre essas diferenças em torno da questão do trabalho compulsório nas sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma?

R: A compreensão das diferenças em torno da questão do trabalho compulsório nas sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma depende de como analisamos a interrelação de aspectos diversos dessas sociedades, como a organização política – isto é, como o poder de decisão sobre os rumos da comunidade é distribuído dentre os grupos sociais, com diferentes níveis de centralização e concepções de cidadania –, a economia – como a população escrava é distribuída nos diversos setores da economia e que grupos extraem renda a partir da utilização de mão de obra servil – e a cultura – que compreende como a escravidão inseria-se e era justificada dentro de certos quadros ideológicos e/ou religiosos. Mesmo as condições ecológicas e de ordem demográfica são importantes fatores a se considerar, visto que interferiam nas capacidades produtivas de cada sociedade. Importa notar que, embora as sociedades do Antigo Oriente, Grécia e Roma possam partilhar de elementos comuns no tocante à escravidão – por exemplo, a guerra como uma importante fonte de cativos e cativas –, as trajetórias que os escravizados e escravizadas poderiam seguir nessas sociedades não eram necessariamente as mesmas, pois se articulavam diferentes gradientes de liberdade e escravidão na conformação das formas de trabalho compulsório a depender dos conflitos sociais internos e a inserção dessas sociedades em sistemas regionais mais amplos.

À guisa de ilustração, uma abordagem recente que nos ajuda a refletir sobre essa questão – ainda que não contemple diretamente a escravidão romana – é aquela oferecida por David Lewis, em seu livro *Greek Slave Systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC* (2018). Contrapondo-se a Finley, e sua seleção de apenas cinco sociedades genuinamente escravistas ao longo da história e consequente foco na excepcionalidade da escravidão em Atenas e Roma, Lewis defende que uma compreensão mais abrangente da escravidão grega depende de sua inserção num contexto maior, que inclui Esparta, Creta, a região da Ática, Israel (Idade do Ferro, VIII-VII a.C.), Assíria (VIII-VII a.C.), Babilônia (VII-VI a.C.), Império Persa (VI a.C.) e Cartago (III-II a.C.). Argumenta, assim, que seria mais apropriado falar de um espectro de sociedades escravistas no Mundo Antigo ao invés de

apenas dois casos excepcionais e melhor conhecidos por conta da evidência documental disponível. Tem-se, com esse tipo de abordagem, uma visão mais compósita da escravidão no Mediterrâneo oriental ao destacar a diversidade regional da instituição de acordo com os diversos arranjos legais que asseguravam a posse de escravos como elemento importante para a manutenção das elites. Analogias e diferenças entre essas sociedades escravistas poderiam ser analisadas tanto a partir de conexões na longa duração no espaço mediterrâneo oriental quanto também a partir de seus desenvolvimentos políticos e sociais internos, e como esses levaram à necessidade de optar pela escravidão dentre outras formas de trabalho compulsório.

3. Tradicionalmente, a História Antiga estudava as sociedades que surgiram em torno do Mediterrâneo e nos territórios do Oriente Próximo de modo compartimentado e sucessivo. Com um viés eurocêntrico, abordava-se, em primeiro lugar, os povos do Leste e depois os do Oeste, numa escala evolutiva que interpretava o Império Romano como ápice do desenvolvimento das sociedades antigas. Porém, há certamente outras formas de se tratar o espaço mediterrâneo antigo. Poderíamos, por exemplo, pensar o Mediterrâneo como eixo de um sistema-mundo cuja forma mais bem acabada, na Antiguidade, foi o Império Romano. No que diz respeito aos estudos sobre a escravidão, quais seriam as implicações deste enfoque?

R: Trata-se de um ponto importante este, pois indica a possibilidade de se pensar a escravidão na Antiguidade de uma forma mais global e integrada, fugindo de uma visão fragmentada, ao se preservarem as “formas” tradicionais – no sentido que Norberto Guarinello (2003) confere à palavra – com as quais estamos habituados a lidar, ou seja, “escravidão próximo-oriental”, “escravidão egípcia”, “escravidão grega”, “escravidão romana” ou “escravidão judaica”. Uma proposta recente de abordagem da escravidão antiga em termos globais encontra-se no último livro de Kostas Vlassopoulos, *Historicising Ancient Slavery* (2021), que propõe uma alternativa que desloque o foco da “escravidão grega” e da “escravidão romana” para uma variedade maior de sistemas de escravização epicóricos (*epichoric slaving systems*), isto é, locais, e moldados por processos econômicos, políticos, sociais e culturais mais amplos. E aqui se tem espaço para articular tanto aspectos internos aos sistemas (como as formas das relações entre os cidadãos de uma *polis*) quanto externos, como a ligação a rotas mediterrâneas que facilitassem a obtenção de escravos. A questão principal, nesse sentido, seria explicar divergências e convergências entre os sistemas epicóricos, e, ainda, o impacto de impérios, como o Império Romano, nos sistemas de escravidão que entrassem em sua órbita de influência.

Pode render bons frutos uma tal perspectiva se colocada em diálogo com o que vem sendo pensado para o caso da escravidão atlântica numa visada global, como propõe Rafael Marquese (2019, p. 31), para quem “as regiões escravistas submetidas à observação devem ser compreendidas como momentos particulares de um mesmo processo histórico de longa duração, ou seja, de uma mesma estrutura histórica que as forma e é por elas formada”. Se, no caso da escravidão atlântica, o sistema capitalista constitui esse processo de longa duração, no caso da escravidão mediterrânea antiga, pode-se pensar, como uma primeira hipótese de trabalho, a formação do Império Romano como cumprindo esse papel, entendido esse império como o resultado de um longo processo histórico de integração no Mediterrâneo (GUARINELLO, 2013).

Nesse sentido, o Império Romano teria impulsionado uma “segunda escravidão mediterrânea”, desdobramento de uma primeira, de matrizes locais, no âmbito de *poleis*, e depois difundidas por cidades que se tornaram centros de hegemonias sobre determinados espaços do Mediterrâneo, como Atenas, Cartago e Roma. A integração política do Mediterrâneo sob a égide de Roma, se não significou uma unificação da sociedade e da economia, pode ter reconfigurado práticas de sistemas escravistas locais e não simplesmente sobreposto um modelo romano de escravidão.

Talvez uma agenda de pesquisa inspirada em proposições da História Global seja cabível para uma história da escravidão antiga de modo a enfrentar as limitações que o campo vem tendo para propor outras narrativas não mais centradas no eixo Atenas-Roma. Embora os termos “sistema escravista mediterrâneo” ou “escravidão mediterrânea” sejam volta e meia mencionados pela historiografia recente, não são explorados em todas suas possibilidades analíticas.

4. O emprego de conceitos como o de classe para iluminar as estruturas sociais do Mundo Antigo gerou muitos debates historiográficos, porém, não parece haver dúvida de que Grécia e Roma se baseavam na exploração de categorias subalternas, como escravos e camponeses, esteios da economia dessas civilizações. Nesse sentido, qual a importância de se estudar as camadas sociais menos favorecidas para a compreensão da Antiguidade Clássica?

R: Trata-se de um tema central na História Antiga, mesmo porque tais camadas compreendiam o grosso da população na Antiguidade, embora muitas vezes seja difícil acessar suas condições materiais de vida devido ao viés das fontes que temos disponíveis, em especial aquelas literárias, em grande parte produtos de uma elite política, senhorial e masculina. Todavia, nos últimos anos tem crescido uma produção bibliográfica acerca dos grupos subalternos na Antiguidade, sob a perspectiva de uma “História Antiga a

partir de baixo”, como demonstra um livro recém editado por Júlio César Magalhães de Oliveira e Cyril Courrier (2022). Essa proposta tem permitido questionar de forma mais incisiva uma tradição historiográfica que conferia muito peso à participação política dos cidadãos nas cidades-Estados gregas e romanas em detrimento dos outros habitantes das cidades, como mulheres, escravos, estrangeiros e libertos. O livro de Fábio Morales (2014) sobre os metecos atenienses reflete bem esse redirecionamento para o estudo de uma política feita pelos não-cidadãos. Igualmente relevante são as tentativas de se escrever uma história do campesinato, não como geralmente apresentado como coadjuvante ou vítima de processos políticos e militares mais amplos, mas como tendo um protagonismo e motivações ou objetivos próprios (ver, por exemplo, os trabalhos de KNUST, 2016 e SILVA, 2016). No caso da escravidão, também há movimentos nesse sentido, que buscam mostrar como escravos e escravas tomavam parte em conflitos políticos no seio da elite para tentar obter ganhos pessoais e até deixarem a situação de escravidão, o que implica em tipos de ação que colocavam em crise o ideal de subordinação e lealdade a seus senhores. Em suma, a questão é como desenvolver novas formas de leitura de uma documentação literária em geral hostil às camadas populares, agregando também contribuições da Arqueologia e Epigrafia para buscar um acesso ao universo social desses setores e questionar visões elitistas da Antiguidade que ainda predominam.

5. Sabemos que um dos fatores que influenciam a exploração do trabalho é o sistema econômico no qual ela ocorre. Poderia tratar, em linhas gerais, como a economia antiga tem sido pensada na bibliografia, inclusive do ponto de vista da exploração do trabalho escravo?

R: Em linhas bem gerais, parece-me que se observa atualmente uma tendência a se minimizar a dimensão do papel econômico da escravidão na Antiguidade, se compararmos, por exemplo, com o lugar que a escravidão ocupava nos debates sobre a economia antiga entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Nos modelos ditos “primitivistas” da economia na Antiguidade conferia-se um peso grande à escravidão como principal forma de exploração do trabalho na Antiguidade greco-romana e com repercussões políticas e culturais importantes. A própria noção de “sociedade escravista” desenvolvida por Finley – e já antes dele a noção de “cultura escravista” proposta por Weber – são desdobramentos dessa centralidade, assim como a ideia de um “modo de produção escravista”, cara à historiografia marxista. Hoje, pelo contrário, em parte devido às críticas que o conceito de “sociedade escravista” vem recebendo, em parte pela aplicação dos pressupostos da Nova Economia Institucional – de acordo com a qual, a eficiência da economia é diretamente proporcional à eficiência das instituições que a

amparam (como o Direito) –, a escravidão na Antiguidade tem sido entendida apenas como uma dentre outras formas de exploração do trabalho, compulsórias ou não, a partir de escolhas dos proprietários de escravos orientadas pelo cálculo do custo do trabalho e o grau pretendido de controle do processo produtivo. Por exemplo, um importante livro, publicado em 2011, de Kyle Harper, segue essa posição neomodernista de percepção da economia antiga em estudos da escravidão romana entre os séculos III e V.

6. A globalização contemporânea, responsável pelo agravamento das desigualdades em muitos lugares do planeta, é um acontecimento que nos faz pensar as diversas experiências de integração ocorridas na Antiguidade, com destaque para o Império Romano. No Império, os processos de integração favoreceram sobretudo as elites. No entanto, seria possível dizer algo sobre o lugar ocupado pelas camadas subalternas nesse processo?

R: Creio que sim. Os processos de integração no Mediterrâneo afetaram os diversos grupos sociais, e não apenas as elites. Embora se tenha mais evidências a respeito de processos de integração entre elites mediterrâneas – por exemplo, mediante o registro arqueológico de bens de prestígio que circulavam amplamente e que poderiam ser utilizadas para afirmar o poder de grupos dominantes –, mesmo entre a não-elite, digamos assim, os processos de integração poderiam ter propiciado um maior acesso a determinados bens – como objetos de cerâmica –, bem como permitido o contato com novas técnicas e saberes. As camadas subalternas daquelas cidades que foram centros de sistemas imperiais, como Atenas e Roma, também colheram o fruto dos impérios, com o afluxo de produtos agrícolas e outros bens a partir das periferias. Mas talvez a questão não deva ser tratada tanto em termos de favorecimento ou não a certos grupos, mas como os processos de integração tiveram um impacto nos conflitos sociais internos dessas comunidades justamente por conta da distribuição desigual dos recursos advindos das conexões que se formavam no Mediterrâneo.

7. Um debate importante acerca da escravidão no mundo greco-romano diz respeito aos fatores que teriam levado ao seu surgimento e posterior desaparecimento. Poderia comentar sobre esse assunto e indicar qual explicação acerca desses processos encontra mais respaldo na documentação?

R: Penso que o que encontra mais respaldo na documentação não seja tanto a questão do surgimento ou desaparecimento da escravidão, mas a sua permanência na longa duração, naturalmente com intensidades diversas e variações regionais. A ideia de

uma crise do sistema escravista, ou do fim da escravidão, estava muito ligada àquela ideia do fim do Mundo Antigo ou queda do Império Romano, que hoje não encontra mais muita ressonância. Estudos, em especial a respeito da Antiguidade Tardia (ver RIO, 2017, e, mais recentemente, DE WET; KAHLOS; VILLE, 2022) e do Mediterrâneo antigo, medieval e moderno (ROTMAN, 2004; HANß; SCHIEL, 2014), tem chamado a atenção para a persistência da escravidão ao longo dos séculos após a desintegração do Império de Roma. Assim, a ideia de um intervalo medieval, no tocante à existência da escravidão na Europa, substituída pela servidão, também não encontra mais respaldo. Noto uma preocupação maior agora em mostrar a plasticidade da escravidão ao longo da história, o que inclusive explicaria sua presença até o mundo atual, como sustenta, dentre outros, o historiador Michael Zeuske (2018).

8. O estudo dos vários temas da Antiguidade exige que os pesquisadores estejam sempre dispostos a discutir as fontes à luz de novas teorias e abordagens. E a historiografia, por que ela também merece ser revisitada?

R: O conhecimento histórico se constrói a partir do diálogo com o que foi produzido sobre um tema, seja discordando ou concordando com as interpretações propostas a partir de determinadas teorias ou modelos. Para tomar o caso da escravidão, não é diferente, ainda mais porque temos à disposição uma longa tradição de tratamento desse aspecto da Antiguidade, que remonta pelo menos ao século XVI com trabalhos de natureza mais antiquária. É por meio do contato com toda essa produção que se pode perceber como certas concepções de escravidão – a partir, por exemplo, do modelo do escravismo nas Américas – passaram para os estudos sobre a escravidão romana, como a imagem da escravidão de *plantation*, muito frequente na bibliografia dos séculos XIX e XX. Isso chama a nossa atenção para o fato de que a história da escravidão sempre é, em algum nível, história comparada de sistemas escravistas. Isso leva o estudioso da escravidão antiga a sempre também visitar ou acompanhar o que é produzido a respeito da escravidão em outros períodos da história

9. A historiografia sobre Roma discute bastante as transformações sociais, políticas e econômicas desencadeadas pela instauração do Principado. Nesse caso, é possível afirmar que o novo regime trouxe modificações para a maneira como a mão de obra escrava era explorada?

R: O Principado tem sido entendido como um momento de consolidação do sistema escravista romano, que não acarretou modificações profundas na exploração da mão de obra

escrava, e, portanto, a historiografia deixou de lado uma visão desse período como aquele de um início de crise ou decadência desse sistema. Todavia, há alguns aspectos particulares desse período, como a difusão do modelo escravista romano para as províncias, o que pode ter contribuído, como mencionei acima, em combinações entre modos de gestão escravista locais e aquele de tipo romano, normatizado por regulações jurídicas, como sugerem estudos que indicam um protagonismo provincial no emprego de instrumentos legais que eram apenas reservados a cidadãos romanos para lidar com situações envolvendo escravos, como compra e venda (CZAJKOWSKI; ECKHARDT, 2018). Cabe notar que o Principado apresenta um esforço maior de normatização das relações entre senhores e escravos(as), e entre patronos e libertos(as), como revelam as leis de manumissão da época de Augusto que regulam as idades de quem manumite e dos escravos que serão manumitidos, bem como o número destes de acordo com o tamanho das *familiae* (no caso de manumissões por testamento). Há também a criação de um novo status de liberto, o Latino Juniano, que não possui cidadania romana e ainda mantém uma vinculação mais forte de dependência com o ex-senhor. Aliás, uma peculiaridade do Principado é a figura do(a) liberto(a), que comparece com mais frequência na documentação literária e epigráfica. Desse modo, temas como mobilidade social dos libertos(as), seus níveis de integração na sociedade imperial, participação no mundo do trabalho e até mesmo o impacto cultural da manumissão são aspectos que a historiografia tem abordado (por exemplo, SILVA, 2021).

10. Em seu livro 'A escravidão na Roma Antiga', publicado em 2005, o senhor aponta as possibilidades de análise da escravidão romana para além de seus aspectos econômicos e demográficos, propondo uma perspectiva de abordagem que incluiria as variáveis de natureza cultural. Em que medida tal abordagem é capaz de enriquecer nossos conhecimentos sobre a escravidão antiga?

R: O estudo dos aspectos culturais da escravidão é importante porque permite estudá-la como um fato social total, e não apenas como circunscrita ao campo da economia. A presença ubíqua de escravizados(as) nas sociedades antigas apresentava reflexos nas maneiras pelas quais se concebiam as demais relações de poder, não somente entre senhores e escravos, patronos e libertos, mas também entre os próprios cidadãos livres. A terminologia da escravidão e/ou manumissão permeia toda a literatura greco-romana, em especial aquela alto imperial, com sua ênfase na metáfora da escravidão para qualificar as relações entre imperador e aristocracia, ou mesmo o poder de Roma frente aos povos e territórios conquistados. Assim, a cultura política romana tinha na escravidão uma referência de relevo, e isso tem sido realçado por estudos recentes, como os de Myles

Lavan (2013), Rose MacLean (2018) e Pedro López Barja de Quiroga (2022). Do mesmo modo, a apropriação dessa terminologia por religiões como o cristianismo e o judaísmo tem igualmente sido apontadas (GLANCY, 2002; HEZSER, 2006).

Referências

- BARJA DE QUIROGA, P. L. On Freedom and Citizenship: freedmen as agents and metaphors of Roman political culture. In: ARENA, V.; PRAG, J; STILES, A. (ed.). *A companion to the political culture of the Roman Republic*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2022, p. 374-86.
- BRADLEY, K.; CARTLEDGE, P. (ed.), *The Cambridge World History of Slavery: the ancient Mediterranean world*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011. v. 1.
- COURRIER, C.; OLIVEIRA, J. C. M. de (ed.). *Ancient History from below: subaltern experiences and actions in context*. London/New York: Routledge, 2022.
- CZAJKOWSKI, K.; ECKHARDT, B. Law, status and agency in the Roman provinces. *Past & Present*, v. 241, p. 3-31, 2018.
- DE WET, C.; KAHLOS, M.; VUOLANTO, V. (ed.). *Slavery in the Late Antique World, 150 – 700 CE*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- FINLEY, M. I. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- GLANCY, J. *Slavery in Early Christianity*. New York: Oxford University Press, 2002.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*, v. 3, n. 1, p. 41-62, 2003.
- GUARINELLO, N. L. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARPER, K. *Slavery in the Late Roman World, AD 275-425*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2011.
- HANß, S.; SCHIEL, J. (ed.). *Mediterranean slavery revisited (500-1800): Neue Perspektiven auf mediterrane Sklaverei (500-1800)*. Zürich: Chronos, 2014.
- HEZSER, C. *Jewish slavery in Antiquity*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- KNUST, J. E. M. *Longe dos muros: uma história econômica e social do assentamento rural na Itália central tirrênica no contexto da conquista romana (séculos V a III a.C.)*. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- LAVAN, M. *Slaves to Rome: paradigms of empire in Roman culture*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2013.
- LEWIS, D. M. *Greek slave systems in their Eastern Mediterranean Context, c. 800-146 BC*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

- MACLEAN, R. *Freed slaves and Roman imperial culture: social integration and the transformation of values*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2018.
- MARQUESE, R. de B. A História Global da escravidão atlântica: balanço e perspectivas. *Esboços*, n. 26, v. 41, p. 14-41, 2019.
- MORALES, F. A. *A democracia ateniense pelo avesso: os metecos e a política nos discursos de Lísias*. São Paulo: Edusp, 2014.
- PATTERSON, O. *Slavery and social death: a comparative study*. Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- RIO, A. *Slavery after Rome, 500–1100*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- ROTMAN, Y. *Les esclaves et l'esclavage: de la Méditerranée antique à la Méditerranée médiévale (VIe - XIe siècles)*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- SILVA, F. N. *Pela honra e em liberdade: os libertos e a munificência cívica na Baetica Romana (século I d.C.)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- SILVA, U. G. da. *Rebeldes contra o Mediterrâneo: revoltas rurais e a escrita da história das classes subalternas na Antiguidade Tardia*. São Paulo: Fapesp/Humanitas, 2016.
- VLASSOPOULOS, K. *Historicising Ancient Slavery*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.
- ZEUSKE, M. *Esclavitud: una historia de la humanidad*. Iruñea/Pamplona: Katakarak, 2018.